

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (FN) WAGNER FERREIRA OMARI

OS ELEMENTOS CAUSAIS DA INOVAÇÃO DOUTRINÁRIA:

Uma análise do período pós Segunda-Guerra Mundial à Guerra da Coreia

Rio de Janeiro

2019

CC (FN) WAGNER FERREIRA OMARI

OS ELEMENTOS CAUSAIS DA INOVAÇÃO DOUTRINÁRIA:

Uma análise do período pós Segunda-Guerra Mundial à Guerra da Coreia

Trabalho apresentado à Escola de Guerra Naval como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF (FN) Piñon

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2019

AGRADECIMENTOS

A minha esposa Aniele Casagrande, pelo sacrifício, apoio, dedicação e por dar toda atenção ao nosso recém-nascido Thomás Omari, preenchendo o espaço deixado por minha ausência e me permitindo realizar este trabalho.

Ao CF (FN) Piñon, pela disponibilidade, cordialidade, compreensão, e pelas oportunas orientações prestadas.

Aos amigos da turma C-EMOS 2019, pela camaradagem e por tornarem essa jornada mais amena.

RESUMO

O Objetivo deste trabalho é analisar se as relações de causalidade de inovações doutrinárias com reflexos na Guerra da Coreia, considerando a moldura temporal do fim da Segunda Guerra Mundial até o fim do conflito, têm aderência aos modelos teóricos que buscaram explicar o fenômeno da inovação na doutrina militar dentro das Forças Armadas. Ressalta-se que a escolha do conflito para análise deveu-se à sua característica peculiar de contemplar uma Operação Anfíbia seguida de uma Operação Terrestre de Caráter Naval. Para tanto, são utilizados conceitos apresentados por Posen (1984), Rosen (1991), Walt (1990), e Gallo (2018), que apresentaram teorias que buscam identificar as causas da inovação da doutrina militar, como a definição para a Teoria da Vitória e o conceito de Rivalidade interforças. Assim, tais conceitos são confrontados com inovações ocorridas no período delimitado. Em seguida, busca-se verificar a aderência destas inovações ao modelo apresentado. E, para tal, ao longo do trabalho, e após a apresentação do modelo teórico, uma série de inovações é apresentada e analisada. Por isso, ao fim, verificou-se que há aderência ao modelo, ainda que uma exceção tenha sido encontrada em uma inovação desenvolvida a partir de um caso fortuito, não contemplado no modelo teórico exposto.

Palavras-chave: Inovação doutrinaria. Forças Armadas. Teoria da Vitória. Rivalidade interforças.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1– Mapa político da República da Coreia.....	50
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

1º MAW –	<i>1º Marine Aircraft Wing</i>
ACS –	<i>Air Close Support</i>
EUA –	Estados Unidos da América
ForDbq–	Força de Desembarque
ForTarAnf–	Força-Tarefa Anfibia
II GM –	Segunda Guerra Mundial
MAG –	<i>Marine Aircraft Group</i>
MAGTF –	<i>Marine Air Ground Task Force</i>
MAW –	<i>Marine Air Wing</i>
MCDP –	<i>Marine Corp Doctrinal Publication</i>
MCWP –	<i>Marine Corps Warfighting Publication</i>
NKPA –	<i>North Korean People's Army</i>
ONU –	Organização das Nações Unidas
PBC –	Planejamento Baseado em Capacidades
URSS –	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
US ARMY –	<i>United States Army</i>
USMC –	<i>United States Marine Corps</i>
VMF–	<i>Marine Fighter Squadron</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	ASPECTOS RELEVANTES DA DOCTRINA MILITAR E SUA INOVAÇÃO	10
2.1	Uma definição de Doutrina Militar.....	11
2.2	A Teoria da Vitória.....	12
2.3	Alguns fatores relevantes para a Inovação Doutrinária.....	13
2.4	Considerações sobre as características das Inovações Doutrinárias.....	15
2.4.1	Rivalidade dentro de uma mesma Força Armada.....	16
2.4.2	Rivalidade entre Forças Armadas distintas de um mesmo Estado	17
3	A GUERRA DA COREIA	22
3.1	O Panorama das Principais Forças Envolvidas no Conflito	23
3.2	A Desenvolvimento das Ações no Ambiente Operacional com Reflexos Doutrinários	24
3.2.1	A Prontidão Operativa e o Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais	26
3.2.2	A evolução do Apoio Aéreo	28
3.2.2.1	A Doutrina do Controle Aerotático	29
3.2.2.2	O conflito de responsabilidades de emprego de aeronaves	30
3.2.2.3	A doutrina do envolvimento vertical	32
3.2.3	O combate em área urbana e a vitória a qualquer preço.....	34
4	ANÁLISE DA INOVAÇÃO DOCTRINÁRIA E O NEXO DE CAUSALIDADE	37
4.1	A Prontidão Operativa e o Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais	37
4.1.1	A Prontidão Operativa	37
4.1.2	O Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais no USMC	39
4.2	A Doutrina do Controle Aerotático	40
4.3	A Doutrina do Envolvimento Vertical e a Era Atômica.....	41
4.4	O Combate em Área Urbana e a Intervenção Legal	42
5	CONCLUSÃO	44
	REFERÊNCIAS	47
	ANEXO A	50

1 INTRODUÇÃO

Uma característica relevante de Forças Armadas bem preparadas de um Estado está intimamente ligada à sua capacidade de adaptar-se a um ambiente mutável e sujeito a incertezas a respeito dos eventos futuros. Nesse cenário, uma doutrina militar estática tem grande chance de sucumbir às alterações do meio em que está inserida. Depreende-se, assim, que as Forças Armadas brasileiras devem, permanentemente, estudar o ambiente que as circunda e adaptar-se às necessidades apontadas, dentro do contexto em que estão inseridas.

Com o passar dos tempos, observa-se que várias são as razões de ocorrência de conflitos, tais como disputa por poder, por recursos naturais, riquezas, questões religiosas, dentre outras. Cambiantes também são as formas de combate adotadas, que normalmente sofrem influência das características dos atores envolvidos, de questões orçamentárias e tecnológicas, assim como das ameaças visualizadas pelos contendores e das estratégias adotadas. Nesse sentido, vários destes fatores deram origem a modelos teóricos que buscaram explicar as razões das inovações doutrinárias das Forças Armadas.

Os fatos descritos acima nos levam a refletir sobre a importância de as Forças Armadas brasileiras manterem uma constante vigilância da evolução dos cenários em seu entorno estratégico¹, a fim de manter uma doutrina de emprego adequada aos anseios do Estado, assim como aos seus próprios. É desta análise que se retira a relevância da pesquisa.

Dentro dessa perspectiva, este trabalho apresenta modelos teóricos acerca das razões das inovações doutrinárias das Forças Armadas e analisa sua coerência com as inovações doutrinárias do Corpo de Fuzileiros Navais estadunidense² (USMC, na sigla em

¹ Não há nos dicionários da língua portuguesa e nem mesmo no Glossário das Forças Armadas, editado pelo Ministério da Defesa, uma definição para o termo “entorno estratégico”. Há somente uma definição para qual é esse entorno. Dessa forma, considera-se, nesta pesquisa, a seguinte definição proposta pelo professor José Luiz Fiori (2013, p. 32): “região onde o Brasil quer irradiar, preferencialmente, sua influência e sua liderança diplomática, econômica e militar”.

² *United States Marine Corps*, em inglês (Tradução nossa).

inglês), que tiveram reflexos na Guerra da Coreia (1950 a 1953). A escolha do conflito em tela se fundamenta nas vastas experiências ocorridas em uma operação que abrangeu não apenas uma Operação Anfíbia, como também uma Operação Terrestre de Caráter Naval, ou seja, Operações de Guerra Naval também adotadas na doutrina de emprego do Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil, o que justifica o presente estudo.

Ressalta-se, assim, que o Objetivo desta dissertação é analisar se os modelos teóricos que são apresentados foram assertivos quanto às razões das inovações doutrinárias com reflexos na Guerra da Coreia. Dessa forma, o propósito é responder à seguinte questão: as relações de causalidade das inovações doutrinárias com reflexos na Guerra da Coreia têm aderência aos modelos teóricos que buscaram explicar o fenômeno da inovação na doutrina militar?

Importante enfatizar que o Planejamento Baseado em Capacidades (PBC)³, uma realidade que vem se vislumbrando na atualidade, não foi o modelo teórico utilizado como parâmetro nesta pesquisa. Isso porque a moldura temporal tornaria inconsistente a análise, considerando as características dos conflitos à época.

Cabe destacar que, após esta introdução, o trabalho tem continuidade a partir de dois capítulos expositivos, seguidos de uma análise, aspecto de maior relevância para o escopo desta pesquisa, e, por fim, uma conclusão. Assim, no primeiro capítulo expositivo é apresentada uma definição de doutrina militar e o modelo teórico das causas de inovação desta doutrina. Sua apresentação permite que, nos capítulos seguintes, seja realizada a análise proposta.

No terceiro capítulo são abordadas as inovações doutrinárias no âmbito do USMC, que tiveram desdobramento da Guerra da Coreia ou reflexos futuros, e as condições nas quais elas se deram. Já o quarto capítulo se dedica a uma análise relativa ao conteúdo

³ Planejamento Baseado em Capacidades está relacionado ao preparo de Forças e deverá orientar a construção de capacidades militares necessárias para enfrentar o futuro prospectado (BRASIL, 2018, p.32).

apresentado e, por isso, busca identificar os pontos de aderência entre a teoria apresentada e as causas das inovações.

Finalmente, no quinto capítulo, são apresentadas as conclusões da pesquisa. Além disso, linhas de investigação futura, haja vista que este estudo não pretendeu esgotar o tema.

Isso posto, iniciando o desenvolvimento da pesquisa, apresenta-se, a seguir, uma definição de doutrina militar e as considerações acerca do modelo teórico para a inovação desta doutrina.

2 ASPECTOS RELEVANTES DA DOUTRINA MILITAR E SUA INOVAÇÃO

O propósito deste capítulo é analisar a literatura sobre doutrina militar e buscar entender os motivos pelos quais essa doutrina evolui com o tempo. Tal questão parece óbvia, mas ao longo do capítulo verifica-se que nem sempre os motivos são encontrados ou voltados para as possíveis ameaças externas, ou relacionados unicamente com questões diretamente ligadas a conflitos militares em si. Portanto, a análise feita a seguir auxilia a entender, ao final deste trabalho, em que contexto se deram as evoluções doutrinárias advindas ou atribuídas, de alguma forma, à Guerra da Coreia, no concernente ao emprego do USMC, englobando as Operações Terrestres de Caráter Naval e, devido ao contínuo das operações, também o precedente Assalto Anfíbio⁴ em Inchon, na costa sul-coreana.

De modo a cumprir o objetivo deste capítulo, busca-se, na primeira seção, identificar o conceito de doutrina militar aqui adotado, para fins de análise. Em seguida, a continuação expõe uma visão da teoria da vitória, a fim de orientar esta dissertação. Em seguida, são apresentados alguns fatores relevantes para a inovação, e, por fim, suas características.

Antes de prosseguir com os tópicos mencionados, devem ser considerados alguns aspectos relevantes, que, segundo Gallo (2018), são: as causas sistêmicas da inovação doutrinária militar são melhor descritas pela teoria do equilíbrio da ameaça; a frequência da mudança doutrinária militar é uma função da complexidade do problema estratégico que a doutrina é projetada para resolver; e a inovação doutrinária militar, em tempos de paz, não é anômala, uma vez que as organizações militares revisam constantemente suas teorias de vitória à medida que as ameaças mudam no ambiente externo.

⁴ Assalto Anfíbio é uma modalidade de Operação Anfíbia, que se refere a um ataque lançado do mar para, mediante um desembarque, estabelecer uma Força de Desembarque em terra (BRASIL, 2017, p. 3-4).

2.1 UMA DEFINIÇÃO DE DOCTRINA MILITAR

Posen (1984) reconheceu algumas das limitações que vêm com a simplificação da doutrina militar, e articulou uma concepção que ele rotulou como doutrina Operacional-Tática. Trata-se de uma articulação de como uma força planeja lutar, ou seja, como uma Força Armada planeja lutar em combate. Mais especificamente, a doutrina é a coleção formal de documentos produzidos dentro de uma Força Armada, que as tropas militares utilizam para orientar suas ações em combate. É importante ressaltar que, ao escolher uma abordagem Operacional-Tática da doutrina, não se sugere uma doutrina divorciada da estratégia. Em vez disso, a doutrina descreve o emprego de meios militares para alcançar objetivos estratégicos.

As teorias da mudança doutrinária são abundantes, mas, de acordo com Høiback (2011), são limitadas de três maneiras. Em primeiro lugar, as concepções imprecisas da doutrina militar enfraquecem os argumentos causais que buscam explicar a mudança doutrinária. Segundo, a ênfase nas explicações monocausais para a inovação levou os acadêmicos a se concentrarem em instâncias únicas de inovação militar, que permitem o isolamento de um dos muitos fatores que causam mudanças, a fim de permitir a confirmação de uma alegação causal. Infelizmente, a generalização dessas teorias é limitada e é fácil pensar em numerosas inovações nas quais a variável independente⁵, postulada de forma particular, estava ausente. Terceiro, estudiosos da inovação militar tratam equivocadamente teorias, que explicam por que os militares inovam, como sinônimos de teorias que explicam como os militares inovam quando a decisão de inovar é tomada. Em face desse cenário, no decorrer deste trabalho espera-se, por meio na análise de alguns acontecimentos no conflito selecionado, ilustrar tais diferenças.

⁵ Por variável independente, para fins deste trabalho, entende-se uma causa de inovação considerada isoladamente

Do exposto, depreende-se que existem possibilidades de equívocos no estabelecimento das verdadeiras causas de inovações na doutrina, e, por isso, o que se busca no restante deste capítulo é elucidar as possíveis causas reais. Para tal, aborda-se, a partir deste ponto, teorias que procuram elucidar alguns detalhes da evolução doutrinária, o que permite, por sua vez, que após o estudo das ações e inovações empregadas pelo USMC, entenda-se o que levou às inovações em muito atribuídas àquele conflito.

2.2 A TEORIA DA VITÓRIA

Segundo Rosen (1991), uma Força Armada desenvolve e mantém uma teoria da vitória que se baseia no modo como planeja lutar na próxima guerra, levando em consideração o que acredita que ela será. Cabe ressaltar que a teoria da vitória é baseada em suposições sobre a natureza da futura ameaça inimiga, no nível tecnológico e no poder relativo futuro do Estado. Além disso, as teorias da vitória não são estáticas; elas variam conforme a avaliação dos líderes sobre as mudanças futuras. Assim, quando as Forças Armadas elaboram e modificam sua teoria da vitória, estão especialmente sintonizadas com as capacidades materiais do Estado e com os prováveis adversários.

Dentro do contexto desta teoria, entende-se que o surgimento de um novo adversário pode afetar uma teoria da vitória se este ameaçar a segurança do Estado, e, ainda que se considere considerando que os recursos são sempre finitos, o Governo e as Forças Armadas priorizarão as ameaças mais factíveis. Portanto, as restrições de recursos limitam a capacidade de uma Força Armada de se preparar adequadamente para uma ampla gama de ameaças, e, dessa forma, espera-se que a teoria da vitória (e a doutrina correspondente que sustenta essa teoria) seja orientada para as ameaças mais perigosas.

Ainda segundo aquele autor, uma teoria da vitória consiste em dois componentes. O primeiro reside nas suposições sobre a natureza da guerra, enquanto o segundo abrange uma visão do combate. Todos os militares fazem suposições sobre as características fundamentais da guerra, que são constantes ao longo do tempo. O combate, por outro lado, é o método, o mecanismo, ou modalidade de conflito armado contra um inimigo. Ao contrário da guerra, o combate muda com o tempo com base nos efeitos da tecnologia, da política, das leis e das normas, juntamente com uma série de outros fatores.

De uma maneira simples, as abordagens feitas nos parágrafos anteriores poderiam ser sintetizadas no que foi preconizado pelo USMC, no MCDP-1: “enquanto a natureza básica da guerra é constante, os meios e métodos que são utilizados evoluem continuamente” (UNITED STATES, 1997, s.p.). Assim sendo, verifica-se que a evolução dos meios e métodos está diretamente relacionada com a evolução da doutrina, que, por sua vez, está relacionada com a teoria da vitória de cada Estado, em maior ou menor grau. Cabendo aqui enfatizar que as inovações doutrinárias em nível Operacional-Tático, não se afastam da estratégia, conforme descrito anteriormente.

2.3 ALGUNS FATORES RELEVANTES PARA A INOVAÇÃO DOUTRINÁRIA

Segundo a teoria em análise, uma mudança no equilíbrio de poder no sistema internacional deveria levar os líderes militares a reexaminarem sua teoria da vitória, assim como um grande desenvolvimento tecnológico deveria ter o mesmo efeito. Assim, se as elites militares concluírem que sua atual teoria da vitória é inadequada com base na distribuição de poder, ou na possibilidade de deslocamento de poder no cenário mundial, ou ainda no seu entorno estratégico, possivelmente haverá inovações doutrinárias. Além disso, dependendo da natureza da mudança, os militares também podem inovar organizacionalmente, mudando

fundamentalmente sua estrutura. Outros fatores, tais como mudanças no orçamento militar, mudanças na geografia esperada dos futuros campos de batalha e a competição entre as próprias Forças Armadas, são efeitos das mudanças no equilíbrio de poder.

Salienta-se, entretanto, que uma vez que determinada Força Armada tenha decidido inovar, os fatores há pouco mencionados, embora possam afetar os processos de inovação, não vão causar, por si só, inovações doutrinárias,

Segundo Walt (1990), ausente uma grande mudança no equilíbrio de poder, não se espera ver mudanças doutrinárias. No entanto, existem numerosos exemplos de inovação doutrinária militar sem uma grande mudança no equilíbrio. Para explicar isso, o autor defende que uma maneira mais eficaz de entender a inovação doutrinária é confirmar ou negar a ocorrência de uma mudança no equilíbrio da ameaça. Além disso, em seu trabalho sobre formação de alianças, Walt (1990) argumenta que os Estados se equilibram em resposta às ameaças (Teoria do Equilíbrio da Ameaça). Nesse sentido, o autor ressalta que o nível de ameaça é determinado por quatro fatores, quais sejam: poder agregado, proximidade, capacidade ofensiva e intenções ofensivas.

Para Walt (1990), o poder agregado refere-se ao total de recursos potenciais do adversário. Quanto mais recursos, maior a ameaça. Proximidade, por sua vez, refere-se à distância geográfica do adversário. De acordo com esse aspecto, os Estados próximos são mais ameaçadores. Já a capacidade ofensiva sugere que os Estados com fortes capacidades ofensivas são mais ameaçadores. Finalmente, as intenções ofensivas referem-se ao grau em que um adversário em potencial parece agressivo. Portanto, uma ameaça é uma função de capacidade e intenção.

Nas palavras de Gallo (2018), quando as Forças Armadas, ou seu escalão superior, perceberem uma mudança no equilíbrio da ameaça, eles examinarão como essa mudança afeta sua teoria da vitória. Para o autor, espera-se que, neste ponto, a ameaça mais

provável ao Estado seja considerada como prioridade no processo de desenvolvimento doutrinário. Dessa forma, o órgão governamental responsável, que pode variar entre os Estados, avaliará a intensidade e a probabilidade da ameaça, examinando o poder agregado de um potencial adversário, sua proximidade, sua capacidade ofensiva e suas intenções ofensivas. Quando uma ameaça exige uma doutrina que se alinhe com as preferências organizacionais⁶, espera-se que sejam adotadas mudanças doutrinária. Quando uma ameaça não se alinha com as preferências, vislumbra-se a possibilidade de resistência organizacional à mudança doutrinária.

Do disposto até aqui, verifica-se a possibilidade, ao tratar dos fatores que determinam o desenvolvimento doutrinário, de que não só os aspectos considerados pela Teoria da Vitória, utilizada como base neste estudo, sejam relevantes neste processo, mas que fatores oriundos de uma cultura organizacional também possuam peso relevante. Em outras palavras, a avaliação de ameaça de uma organização militar pode ser influenciada por suas próprias preferências por treinamento, combate e aparelhamento, não se limitando a estas.

2.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS CARACTERÍSTICAS DAS INOVAÇÕES DOUTRINÁRIAS

Uma vez que uma mudança relativa de poder ou uma mudança no equilíbrio da ameaça faça com que uma Força Armada altere sua teoria da vitória, e inove doutrinariamente, o segundo nível de análise, que se concentra dentro da organização (em sentido lato), recai sobre o caráter da nova doutrina. Cabe enfatizar que este nível de análise considera o possível papel da competição entre os atores dentro da mesma Força Armada, e a competição entre as Forças Armadas subordinadas ao mesmo Estado.

Abaixo seguem as considerações dentro de cada espectro de análise, na qual

⁶ Para este trabalho, entende-se que o atendimento às preferências organizacionais se refere aos eventos que não demandem alterações de estrutura nem sejam contrárias a cultura organizacional do ator considerado.

chama-se de “Rivalidade” a possível competição entre os atores, cujas raízes busca-se identificar no decorrer da seção.

2.4.1 Rivalidade dentro de uma mesma Força Armada

Na avaliação de Gallo (2018), quando uma mudança externa faz com que uma Força Armada revise sua teoria da vitória, a competição entre corpos ou armas⁷ pode afetar essa nova teoria e o caráter da inovação doutrinária que se seguiria. A confirmação do efeito dos fatores intraforça na inovação doutrinária requer a presença de três condições: a primeira se refere às preferências contrastantes entre dois ou mais corpos (ou armas), e sobre como uma Força deve responder à mudança ambiental; a segunda é a evidência de uma competição entre os atores que representam essas preferências; e, por fim, uma mudança doutrinária que pode representar um compromisso entre grupos ou uma decisão organizacional para favorecer um grupo, em detrimento de outro.

Se a competição intraforça (dentro de uma mesma Força Armada) afeta a inovação doutrinária, então os mecanismos projetados para reduzir o atrito interno, como o estabelecimento de formações de armas combinadas⁸, devem reduzir a frequência da inovação doutrinária ou mudar o caráter dessa inovação. Se a organização como um todo responder ao choque ambiental com uma inovação doutrinária coordenada, isso negaria a relevância dos fatores intraforças para a inovação (GALLO, 2018).

Dessa forma, ao analisar tanto o USMC, quanto o Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil, verifica-se uma maior homogeneidade, o que leva a esperar uma menor competição interna, quando comparados ao Exército estadunidense⁹ (US ARMY), e ao Exército

⁷ A separação entre corpos ou armas depende da Força Armada considerada, mas refere-se a grupos de pessoas que exercem atividades fins.

⁸ Armas Combinadas refere-se a completa integração e aplicação de duas ou mais armas ou elementos de determinada Força Armada em uma operação (UNITED STATES, 2004).

⁹ *United States Army*, em inglês (Tradução nossa).

Brasileiro, por exemplo. Isso porque eles possuem estruturas mais heterogêneas. Tal homogeneidade é resultado de evoluções doutrinárias que se fizeram necessárias ao longo do tempo, resultando no emprego de armas combinadas, o que é abordado mais detalhadamente nos capítulos três e quatro deste trabalho.

2.4.2 Rivalidade entre Forças Armadas distintas de um mesmo Estado

Nesta seção busca-se identificar os aspectos que, de alguma forma, podem gerar disputas entre as Forças Armadas de um mesmo Estado, a fim de garantir ou justificar sua existência, assim como mostrar sua importância dentro do contexto e aspirações nacionais. Dessa maneira, ressalta-se que tal questão pode ou tende a ser comprovada por meio de formação de capacidades e possibilidades de emprego. Para tal, as mudanças doutrinárias e sua aceitação, que podem expandir ou retrair a aplicabilidade de uma Força Armada ou parte dela, são também instrumentos validadores.

Para Gallo (2018), quando a situação econômica de um Estado gera consequências na divisão orçamentária, o que historicamente tem afetado as Forças Armadas, ou quando uma mudança no cenário internacional faz emergir uma nova área de missão, a competição entre as Forças Armadas tende a afetar o caráter da inovação. Dentro desse contexto, é muito provável que se observe as Forças Armadas competindo por recursos escassos para manter sua posição atual ou para garantir seu papel em uma nova área de missão estabelecida. Sendo assim, é possível inferir que a competição entre Forças, subordinadas ao mesmo Estado, pode agir como uma variável interveniente entre uma mudança externa e uma nova doutrina.

Fruto da situação apresentada, quando dois ou mais organismos apresentam um impasse em resposta a uma mudança, é provável que ocorra uma intervenção externa (órgãos civis de cúpula ou escalões superiores dentre do mesmo ministério, por exemplo) no processo

doutrinário. Nesse ponto, cabe ressaltar que cada Estado possui seus próprios parâmetros no caso da divisão de competências ou responsabilidades entre suas Forças Armadas. Portanto, o propósito dessa intervenção não é obrigar a mudança doutrinária, e sim para resolver o atrito entre os envolvidos.

Na ausência de uma competição extrema no nível interforças (Forças Armadas distintas de um mesmo Estado), acredita-se que as Forças envolvidas se anteciparão a intervenção externa e tomarão medidas para torná-la desnecessária. Quando essa competição é aguda, e os resultados do impasse não cessam, a intervenção externa torna-se inevitável, o que provavelmente será o pior caso.

Analisando o caso particular dos Estados Unidos da América (EUA), verifica-se um uso histórico do USMC como um segundo Exército. Tal situação pode, com grande possibilidade, gerar uma rivalidade interforças. Nas palavras de Worley (2006), na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) o desempenho dos Fuzileiros Navais estadunidenses, em terra, na Europa, abriu uma brecha entre o exército e aquela Força, que durou muitos anos após a guerra, e levou alguns a questionarem por que os EUA precisavam manter dois serviços com a mesma capacidade em terra. Hoje, o US ARMY e USMC competem na arena da mobilidade estratégica¹⁰. Assim, cada Força busca ser reconhecida pela capacidade de emprego rápido (rápido desdobramento) e capaz de realizar entrada forçada¹¹ em território internacional.

A confirmação do efeito de fatores interforças na inovação doutrinária requer a presença de duas condições: primeiro, a existência de preferências contrastantes entre um ou mais órgãos (Exército, Marinha, Força Aérea ou Corpo de Fuzileiros Navais, dependendo da estrutura do Estado) sobre a alocação de recursos ou jurisdição (quando há mudança no ambiente); e, segundo, a evidência de competição entre os atores de cada um desses órgãos, que representam essas preferências (GALLO, 2018).

¹⁰ Mobilidade estratégica refere-se à capacidade de mobilizar e manter forças militares em todo o mundo em apoio à estratégia nacional (UNITED STATES, 2004).

¹¹ Entrada forçada refere-se à ocupação militar em face a oposição armada (UNITED STATES, 2004).

Do exposto, depreende-se que quando o resultado do alinhamento das condições citadas é uma inovação doutrinária por um ou mais órgãos (Forças Armadas), a fonte desta rivalidade ou competição foi uma mudança do ambiente. Já a concorrência entre órgãos (não entre atores, mas quanto às características dos órgãos, neste caso Forças Armadas) é o fator que tende a influenciar o caráter da inovação, suas características.

Embora, para a grande maioria da população mundial, o USMC seja uma Força Armada de grande relevância e prestígio, sua trajetória é marcada por uma luta histórica pela sobrevivência. No período que se seguiu a Segunda Guerra Mundial (II GM) (1939-1945), o Congresso estadunidense convocou audiência para tratar da possibilidade de unificação de suas Forças Armadas, com vistas à eficiência e Unidade de Comando. Worley (2006) caracterizou tal situação, na visão de cada uma das Forças, conforme segue:

Para a Força Aérea, as audiências eram sobre manter-se independente dos soldados sujos de lama, para o Exército, era sobre a divisão do orçamento, e para a Marinha, a questão era manter sua aviação e autonomia. Mas para o Corpo de Fuzileiros Navais, as audiências de uniformização eram uma luta pela sua existência (Worley, 2006, p. 191, tradução nossa)¹².

A questão da sobrevivência, mencionada acima, pode ser vista como um impulsionador da busca por inovações doutrinárias, dentro do que foi tratado até agora. Assim, nas palavras de Worley (2006), essa luta foi o que motivou a inovação doutrinária do USMC em diversas áreas, dentre elas nas Operações Anfíbias¹³, na integração entre Operações Aéreas e Operações Terrestres (como exemplos, dentro do contexto do que será aprofundado nos próximos capítulos, menciona-se o emprego de helicópteros para envolvimento vertical).

Considerando ainda o caso do USMC, pode-se observar, nos exemplos históricos, como exemplo a OPERAÇÃO CHROMITE, na guerra da Coreia, que esta Força mantém

¹² Original em inglês: *For the Air Force, unification hearings were about independence from mud soldiers; for the Army, it was about budget share; and for the Navy it was about retaining its aviation branch and autonomy. But for the Marine Corps, the unification hearings were a fight for existence.*

¹³ Operação Anfíbia é uma operação naval lançada do mar, por uma Força-Tarefa Anfíbia (ForTarAnf), sobre região litorânea hostil, potencialmente hostil ou mesmo permissiva, com o propósito principal de introduzir uma ForDbq em terra para cumprir missões designadas (BRASIL, 2017).

claramente a primazia sobre todos os aspectos na arena do Assalto Anfíbio. Contudo, para muitos, essa missão é considerada extremamente rara e, portanto, difícil de ser utilizada como argumento com a cúpula do governo estadunidense sobre a indispensabilidade do USMC.

Observa-se, do exposto, que a necessidade ou preocupação quanto à atualização doutrinária, ou a razão para que ela aconteça, vai muito além da necessidade de se contrapor a uma ameaça ou desenvolver uma capacidade, mas tampouco são processos estanques. Pode-se assumir, então, que estes são processos que caminham no sentido de causa e consequência, mas quando as rivalidades interforças são consideradas, o assunto evolui e se reveste de outros ingredientes, culminando com a necessidade básica de sobrevivência de uma Força, ou seja, justificar sua própria existência, uma vez que, caso não o faça, entes governamentais podem inferir que suas tarefas seriam facilmente realizadas por outros atores.

Na concepção de Sapolsky¹⁴, conforme publicado em seu artigo “*The Interservice Competition Solution*”, em uma situação de escassez de recursos, as Forças Armadas entram em uma batalha constante para manter ou aumentar sua participação no orçamento militar geral. Quando uma mudança externa proporciona a uma Força Armada um aumento orçamentário, espera-se que esta tenha menos probabilidade de inovar, porque as formas existentes de fazer negócios não são ameaçadas (não se trata aqui da aquisição de meios). Por outro lado, quando os orçamentos diminuem, os líderes militares, provavelmente, estão mais inclinados a inovar doutrinariamente para alcançar seus próprios objetivos, ou seja, ter seus domínios sancionados doutrinariamente, dentro dos quais possam assegurar uma autonomia de papéis e missões. Ainda nas palavras de Sapolsky, “Não há melhor estímulo à franqueza, correção de erros e criatividade no planejamento de defesa do que um orçamento apertado e alguns rivais inteligentes competindo por ele” (1996, p. 3).

Feito este estudo, cabe, então, ressaltar que, no próximo capítulo, são explorados

¹⁴ Harvey Sapolsky é Professor de Política Pública e Organização, e ex-professor de ciência política e diretor do Programa de Estudos de Segurança do MIT (*Massachusetts Institute of Technology*).

alguns acontecimentos durante a Guerra da Coreia, que refletiram uma concepção de mudança doutrinária pouco antes do início do conflito e que puderam ser colocados à prova naquela ocasião, assim como algumas inovações motivadas diretamente por ocorrências ali vivenciadas. Tal análise é feita de modo que, tais elementos permitam, ao fim do trabalho, analisar o nexo de causalidade entre as mudanças e o conflito, dentre outras possibilidades.

3 A GUERRA DA COREIA

Conforme apresentado por MacDonald (1986), com o fim da II GM (1939-1945) o mundo foi marcado pela Guerra Fria (1947-1991), caracterizado pela bipolarização, cuja divisão foi marcada por duas zonas de influência, de um lado os EUA, que buscavam uma ordem capitalista, a qual refletia seus interesses estratégicos e econômicos, e, de outro lado, a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que visava à implantação ou manutenção de um regime comunista. Esse fenômeno traduziu-se, muitas vezes, em disputas estratégicas e em diversos conflitos indiretos cujos contendores eram apoiados pelos Estados descritos.

Dentro da bipolarização mundial, os EUA e a URSS, vencedores da II GM, dividiram a Coreia no paralelo 38 após a rendição japonesa, delineando os limites de suas zonas de influência. A invasão das tropas norte-coreanas, em 25 de junho de 1950, representou o choque entre o sistema de poder estadunidense e soviético, dando início a Guerra da Coreia (MACDONALD 1986).

O conflito supramencionado, também conhecido como “A Guerra Esquecida”¹⁵, marcou o período por ser um dos primeiros conflitos de grande vulto, combatido em terra, no céu e no mar, e por apresentar uma série de inovações no campo militar, em nível operacional e tático. Todo esse arcabouço traduziu-se em doutrina militar – que é utilizada nas próximas páginas como parâmetro para analisar a aderência ou não aos conceitos apresentados no capítulo anterior – quanto aos elementos de causalidade deste desenvolvimento dentro de uma Força Armada.

Antes de entrar diretamente nos eventos do conflito analisado, é importante situar

¹⁵ “*The Forgotten War*”, em inglês (tradução nossa), faz alusão a censura da cobertura do conflito nos anos 1950 e ao ofuscamento de sua memória pela II GM e pela Guerra do Vietnã.

o leitor quanto a conjuntura das principais¹⁶ forças que se envolveram no conflito, ou seja, as tropas estadunidenses e norte-coreanas.

3.1 O PANORAMA DAS PRINCIPAIS FORÇAS ENVOLVIDAS NO CONFLITO

Antes de aprofundar as questões propostas neste trabalho, é necessário compreender a situação em que se encontravam as forças beligerantes neste episódio da história, particularmente as forças estadunidenses e o Exército do Povo Norte Coreano (*North Korean People's Army*), que, a partir deste ponto, passa a ser referenciado como NKPA.

Com a rendição incondicional da Alemanha e do Japão, ao final da II GM, os EUA reduziram drasticamente seu efetivo militar entre 1945 e 1950. Conseqüentemente, os líderes daquele Estado sentiam-se confortáveis com tal redução, fruto da demonstração de superioridade ante seus inimigos, principalmente tecnológica, com o advento e emprego da bomba atômica contra o Japão, em 1945. No início do período supramencionado, as Forças Armadas estadunidenses possuíam aproximadamente 12 milhões de pessoas em atividades militares; já em dezembro de 1948 esse número havia sido reduzido para um efetivo em torno de 1,5 milhão e sua Prontidão Operacional¹⁷ havia declinado drasticamente.

Tratando-se particularmente do USMC, o período que se seguiu a II GM foi desafiador, ocorrendo uma redução de uma força de 475.604 Fuzileiros Navais, em 1944, para 74.279, em 1950. Além disso, em 1949, apesar de saber que a força militar da República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte) crescia, os EUA retiraram suas duas divisões de Exército estacionadas naquela área, por entender que a península da Coreia estava fora de seus interesses estratégicos no Leste (SWEENEY, 2000).

¹⁶ Nos referimos às principais forças, tendo em vista a existência de tropas de outros Estados combatendo no conflito, mas que não são o foco deste trabalho.

¹⁷ Prontidão Operacional é o estado de preparação de uma unidade ou força militar, caracterizado pela capacidade de pronta-resposta a todo ato hostil de origem externa ou interna (BRASIL, 2015).

As tropas norte-coreanas, antes de invadirem a República da Coreia (Coreia do Sul), possuíam uma notável estrutura de combate que se assemelhava às Divisões Russas da II GM, com adequadas equipes compostas por armas combinadas, empregando numerosos soldados (um terço era formado por combatentes com experiência advinda da II GM e da Guerra Civil da China, esta última de 1946 a 1949, e apoiados por uma grande variedade de armamentos de distintos empregos. Além da questão material, o NKPA se assegurou, antes do ataque, de possuir um melhor planejamento, estrutura e preparação que a República da Coreia e que os EUA (SWEENEY, 2000).

Observando o cenário exposto acima, torna-se mais simples compreender as dificuldades encontradas e as consequentes falhas nas tentativas iniciais para repelir a invasão norte-coreana, o que demandou mudanças não somente táticas, mas também estratégicas no combate, levando a execução da denominada Operação CHROMITE¹⁸, e posterior campanha terrestre para conquista dos objetivos em terra. Essa jornada possibilitou testar algumas recém-criadas inovações, além de estimular outras, o que se traduziu nas doutrinas de Operações de Fuzileiros Navais (Operações Anfíbias e Terrestres de Caráter Naval).

3.2 A DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES NO AMBIENTE OPERACIONAL COM REFLEXOS DOUTRINÁRIOS

De acordo com Smith (2007), a Guerra da Coreia foi um marco na história do desenvolvimento do USMC, e, nesse contexto, a retomada de Seul caracterizou-se por ser o maior Objetivo já designado a um assalto por esta tropa até então.

A cidade de Seul representava um Objetivo estratégico na Campanha e isso era sabido também pelo seu ocupante, o NKPA. Dessa forma, a 1ª Divisão do USMC, que tinha

¹⁸ Operação CHROMITE é o codinome da Operação Anfíbia realizada pelas Forças das Organizações das Nações Unidas (ONU), em Inchon, durante a Guerra da Coreia, cujo esforço principal foi de tropas Estadunidenses (SMITH, 2007).

nesta região a sua Área de Operações, encontrou um inimigo preparado e disposto a defender suas posições até o último homem.

Pode-se dizer que a Guerra da Coreia foi o disparo inicial da Guerra Fria, mas representou também o início de uma série de Guerras Limitadas¹⁹ que seriam travadas pelos EUA, com o propósito político expresso de impedir que esses conflitos se desenvolvessem em guerras mundiais (SMITH, 2007).

Além disso, ao observar o contexto temporal do conflito, verifica-se que o mesmo se deu em um intervalo de tempo consideravelmente curto após as duas Guerras Mundiais, episódios em que as tropas, ali incluído o USMC, combatiam em um conflito enquadrado no conceito de Guerra Total²⁰. Daí, depreende-se mais uma situação relevante, a necessidade de mudança de postura. Isso ocorre porque, ao combater em um ambiente urbano, habitado por uma grande quantidade de não-combatentes²¹, por exemplo, deveria prevalecer a postura condizente com aquela situação, ou seja, evitar danos colaterais e limitar-se aos ataques a alvos militares, fato que muitas vezes não ocorreu, como é visto adiante.

Do disposto nos parágrafos anteriores, pode-se depreender parte das dificuldades encontradas na Operação, seja quanto aos aspectos da própria força, quanto às peculiaridades do inimigo, ou quanto à necessidade de mudança na postura da tropa. Esse conjunto de fatores leva a assimilar a importância das ações ali desenvolvidas para a campanha militar como um todo, e principalmente o que levou o USMC a buscar o emprego adequado de suas tropas para o cenário apresentado. Cabe alertar aqui que, conforme analisa-se no próximo capítulo, nem todas as mudanças possuem nexos de causalidade direto com o conflito, consoante com a teoria apresentada no início do trabalho. Dessa forma, é possível fazer, aqui, uma primeira

¹⁹ Guerra Limitada é conflito armado fora de uma guerra total, exclusivo de incidentes, envolvendo o engajamento aberto das forças militares de dois ou mais Estados (UNITED STATES, 2004).

²⁰ Guerra Total é o conflito armado entre grandes potências em que a totalidade de recursos dos beligerantes são empregados, e a sobrevivência de um grande beligerante está em perigo (UNITED STATES, 2004).

²¹ Não-combatentes são aqueles indivíduos que não participam de atos hostis. Também se incluem entre os não combatentes os membros das Forças Armadas que têm direito a um status de proteção especial, tais como o pessoal de saúde e os capelães, ou os que tenham sido considerados incapazes de combater devido a ferimentos, doença, naufrágio ou captura (BRASIL, 2017a).

separação que permite compreender melhor tais evoluções, quais sejam, mudanças doutrinárias estimuladas pela capacidade inimiga (equilíbrio na ameaça), as mudanças geradas por força de dispositivo legal, e mudanças impostas pelo ambiente, seja orçamentário, seja no equilíbrio de poder, todas estas traduzidas em inovações doutrinárias.

Portanto, a seguir, discorre-se sobre algumas situações compreendidas no período imediatamente após a II GM, até o fim da Guerra da Coreia, os quais possibilitam, nas próximas páginas, o empreendimento da análise proposta nesta dissertação. Cabe enfatizar que algumas inovações foram documentadas como doutrina em momento posterior ao considerado acima, porém, sua ocorrência está relacionada a eventos do período, motivo pelo qual fará parte deste estudo.

3.2.1 A Prontidão Operativa e o Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais

Durante o verão e início do outono de 1950, o Corpo de Fuzileiros Navais aprendeu uma lição valiosa quando teve que se esforçar para montar sua Força de Desembarque (ForDbq) para a Operação Anfíbia em Inchon, colocando a 1ª Divisão do USMC no Teatro de Operações na última hora. Os EUA não teriam mais como dispor de tempo para preparar forças para guerras limitadas. Em seguida, pela primeira vez, o advento do helicóptero teria um papel significativo nos planejamentos das unidades de Fuzileiros Navais. A experimentação com o conceito de envolvimento vertical, usando nova tecnologia de helicópteros, ocorreu durante o conflito. Na Coreia também seria a primeira vez que os Fuzileiros Navais receberiam coletes balísticos para usar em combate, o que foi extremamente útil quando na guerra se instalou um impasse ao longo do paralelo 38, além de botas de combate isolantes, de uso relevante durante o inverno de 1951 e 1952 (SMITH, 2007).

Do apresentado acima observa-se que no conflito estudado foram testados pela primeira vez algumas equipagens extremamente úteis e que seguem em atividade até os dias

de hoje, mas, além do emprego de novos equipamentos, os pontos mais relevantes são afetos à necessidade de tropas permanentemente adestradas, que é traduzido hoje no que se chama prontidão operativa, e além disso o início da consolidação da doutrina do envolvimento vertical empregando Helicópteros. Este último tema, especificamente, é analisado na seção 3.2.2.3, com vistas a elucidar as características desta inovação, à luz da teoria apresentada no segundo capítulo deste trabalho.

Conforme citado por Meid (1972), retornando ao tema da prontidão operativa, um importante feito foi quando, de maneira eficaz, a 1ª Brigada e o 33º Grupo de Aeronaves do USMC (33º *Marine Aircraft Group* - 33º MAG) apresentaram-se prontamente para a batalha e foram fundamentais para restaurar a estabilidade da linha de frente do 8º Exército dos EUA em torno de Pusan. Essa seria também a primeira vez em que elementos aéreos e terrestres do USMC engajariam em combate, organizados sob um comando único.

Enquanto a Guerra da Coreia ainda estava em andamento, o Congresso aprovou nova legislação para sanar deficiências que se tornaram aparentes durante a crise, particularmente a recente e negativa experiência que tiveram com uma mobilização parcial, percebida quando das dificuldades iniciais do conflito. A Lei nº 416, promulgada em 28 de junho de 1952, representou várias mudanças para o Corpo de Fuzileiros Navais estadunidense, autorizou a mudança da estrutura da Força para um mínimo de três divisões de combate terrestre e três grupos de aviação, elevou o teto do pessoal para 400 mil, e previa que o seu comandante permanecesse como membro da Junta de Chefes de Estado-Maior em questões de interesse direto para o USMC (MEID, 1972).

Ao reafirmar o papel do Corpo de Fuzileiros Navais na apreensão e na defesa de bases navais avançadas, bem como em Operações Terrestres de Caráter Naval, a lei também

citou o corolário da missão do Corpo de Fuzileiros Navais, a de "desempenhar outras missões designadas pelo Presidente"²² (MEID, 1972).

Os parágrafos apresentados acima carregam dois eventos de grande importância para o USMC, o primeiro é a pronta resposta, que permitiu àquela força estabelecer formalmente o conceito e se firmar como a Força Expedicionária em Prontidão²³, uma das grandes marcas que sustenta o USMC, e o segundo trata-se do emprego conjunto de elementos terrestres e aéreos sob comando único, que foi o embrião para o que hoje é definido como *Marine Air Ground Task Force* (MAGTF), aqui traduzido como Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais, ou seja, um conjunto balanceado de elementos terrestres, aéreos e de apoio logístico, sob comando único e constituído para missões específicas, conceito integrado formalmente à doutrina em dezembro de 1963, mediante a expedição do documento *Marine Corps Order 3120.3 - MCO 3120.3* – pelo Comandante do USMC.

Verifica-se, pela mencionada lei, o reconhecimento da necessidade do USMC por parte do governo estadunidense, onde num período em que se pensava em reduzir as Forças Armadas, e até mesmo em uma unificação destas (como é visto adiante), o reflexo de sua atuação precisa contribuiu para validar a importância de sua existência.

3.2.2 A evolução do Apoio Aéreo

De acordo com Meid (1972), muitas foram as inovações advindas do emprego dos Helicópteros nesse conflito, tais como a evacuação de baixas noturna, empregadas pela primeira vez no perímetro de Pusan, além do transporte de suprimentos. Tal advento, com o

²² Original em inglês, *performing such other duties as the President may direct* (tradução nossa).

²³ *Expeditionary Force in Readiness*, em inglês (tradução nossa), prevê que Corpo de Fuzileiros Navais forneça à nação uma força capaz de resolver, de maneira rápida e eficaz, desafios de segurança complexos, multifacetados e aparentemente intratáveis. Enviar os fuzileiros navais implica tanto uma demanda por ação quanto uma presunção de sucesso. Embora o público em geral possa não estar familiarizado com o que o Corpo de Fuzileiros Navais é ou não, eles demonstram uma compreensão intuitiva de que, sempre e onde quer que surjam crises, os fuzileiros estão prontos para chegar rápido e fazer o que for necessário (UNITED STATES, 2016).

emprego da aeronave HMR-161, possibilitava a evacuação em um tempo recorde de 30 min entre a linha de frente e um navio hospitalar a 17 milhas da Zona de Ação. Porém, fato mais relevante foi quando o mesmo HMR-161 aplicou, pela primeira vez, o novo conceito de Envolvimento Vertical, em 21 de setembro de 1951, onde, apesar do forte nevoeiro, transportou 224 Fuzileiros Navais totalmente armados e equipados, com 17.776 libras de carga da Área de Reserva para a Linha de Frente. Esta foi a primeira vez na história que uma Unidade de combate realizou tal manobra.

Em 03 de agosto de 1950 oito aeronaves VMF-214 (*Marine Fighter Squadron*) decolaram do USS *Sicily* (Porta-Aviões da Marinha norte-americana) e realizaram o primeiro ataque aéreo do USMC na Coreia. De lá até 27 de julho de 1953, unidades aéreas do USMC realizaram 127.496 surtidas, número consideravelmente grande em relação as 80 mil realizadas por toda a aviação do USMC durante a II GM. Embora os primeiros pilotos do 1º MAW (1º *Marine Aircraft wing*) estivessem fortemente engajados em outras missões coordenadas pela Força Aérea, do total de surtidas acima mencionas, quase um terço (mais de 39.500) foi realizado em proveito dos Fuzileiros Navais estadunidenses, na forma de Apoio Aéreo Aproximado (*Air Close Support – ACS*)²⁴, (MEID, 1972).

Após a apresentação do cenário proporcionado pelas inovações no emprego de aeronaves, apresenta-se, a seguir, os aspectos que contribuíram para essa evolução.

3.2.2.1 *A Doutrina do Controle Aerotático*

No que se refere ao Controle Aerotático no emprego das aeronaves do USMC, Meid (1972) relata que foi durante este conflito que o Centro de Controle Aerotático se deu por meio de uma aeronave pela primeira vez. A agência de Controle Aerotático era operada

²⁴ Apoio Aéreo Aproximado é o Apoio de Fogo Aéreo realizado em apoio às tropas de primeiro escalão que estão em contato direto com o inimigo (BRASIL, 2008).

por meio de uma viatura de comunicações, mas, devido a uma falha durante a missão, foi improvisado um *Tatic Air Direction Center* (TADC) embarcado em uma aeronave VMR-152²⁵, que durante seis dias orbitou de 2 mil a 4 mil pés acima das unidades de Fuzileiros Navais, para controlar o apoio aéreo, como um “Centro de Comunicações Voador”.

A situação acima apresenta um caso em que uma agência de comando e controle não funcionou devido a problemas materiais, e sua função foi suprida pelo improviso, mas cujo resultado final foi um refinamento doutrinário em nível tático, em que o *1º Marine Aircraft Wing* realizou o Apoio Aéreo Direto embarcado pela primeira vez, fazendo surgir daí, face as vantagens apresentadas, uma nova agência de Comando e Controle no Apoio Aéreo, o Centro de Apoio Aéreo Direto embarcado ²⁶, conforme estabelecido no *Marine Corps Warfighting Publication 3-25.5, Direct Air Support Center* (MCWP 3-25.5).

3.2.2.2 *O conflito de responsabilidades de emprego de aeronaves*

Em meio a todas as inovações no apoio aéreo, ponto relevante apresentado por Meid (1972) foi que, do final de 1950 até o início de 1953, os esquadrões do USMC foram designados para as diversas missões diretamente pela 5ª Força Aérea dos EUA (*Fifth Air Force* – FAF), com isso o *1º Marine Air Wing* (MAW) ficou praticamente sem controle tático sobre suas próprias unidades. Dessa forma, as aeronaves eram empregadas, prioritariamente e majoritariamente, de acordo com a interpretação de emprego da FAF, cujos esforços eram direcionados para as missões de interdição, às vezes até mesmo às custas das necessidades imediatas da Apoio Aéreo Aproximado, ou seja, não atendendo às demandas prioritárias do USMC.

A problemática acima torna clara a questão do conflito de tarefas, prioridade de

²⁵ VMR-152: Aeronave de asa fixa do Esquadrão de Transporte do USMC, empregado na Guerra da Coreia.

²⁶ *Direct Air Support Center Airborne* – DASC (A), em inglês.

missões, e capacidade de decisão quanto ao uso de aeronaves, principalmente considerando a criação da Força Aérea norte-americana (*US Air Force – USAF*) em 1947, e as ideias de unificação das Forças Armadas por parte do Congresso estadunidense, apoiadas pelo presidente estadunidense, a época Harry S. Truman²⁷, reforçam a preocupação quanto a independência e indispensabilidade do USMC.

As possibilidades táticas e logísticas dos helicópteros de rotor polivalente atraíram consideravelmente a atenção do US ARMY. Conforme relatado por Meid (1972), os oficiais do US ARMY ficaram extremamente impressionados com a mobilidade e versatilidade apresentada pelos helicópteros do USMC, de forma que em novembro de 1951, ainda durante o conflito, o General Ridgway²⁸ solicitou quatro batalhões de helicópteros de transporte do Exército, cada um com 280 unidades. Após os insistentes pedidos de Ridgway, criou-se, nas palavras de Meid, uma “controvérsia jurisdicional” sobre a possível duplicação de funções aéreas, não reconciliadas no âmbito das Forças por algum tempo.

A controvérsia e a conseqüente necessidade de estabelecer sua posição no emprego operacional fez com que, em 1955, o USMC publicasse o *Landing Force Bulletin 17*²⁹, que estabeleceu a doutrina dos fuzileiros navais sobre a integração de helicópteros em operações anfíbias e conseqüentemente às continuadas operações terrestres. A doutrina acerca do emprego de helicópteros acabaria por levar também ao desenvolvimento da MAGTF em 1963 (conforme exposto no item 3.2.1), e à formalização do conceito de envolvimento vertical.

Observa-se, assim, que sempre que as tarefas ou emprego de meios do USMC está em litígio, a doutrinária pretende evoluir, a fim de proteger e manter o espaço daquela Força.

²⁷ Após a II GM o Congresso norte-americano convocou audiência para tratar da possibilidade de unificação da Forças Armadas (WORLEY, 2006, pag. 191).

²⁸ General Ridgway (1895-1993): O general Matthew Bunker Ridgway assumiu o comando das tropas do exército na Guerra da Coreia em dezembro de 1950.

²⁹ A publicação em lide precedeu o manual considerado o marco doutrinário do USMC, que somente foi publicado em 1989, o *Fleet Marine Force Manual 1 (FMFM 1) Warfighting*.

Ainda com relação às questões do Apoio Aéreo na Guerra da Coreia, dentre os novos desenvolvimentos doutrinários com emprego tático, nenhum teve um efeito mais revolucionário que aqueles criados pelo helicóptero, conforme exposto por Meid (1972). Nesse sentido, a logística do campo de batalha foi reformulada drasticamente, conforme apresentado nos itens anteriores, e apontou o caminho para uma nova era no trabalho em equipe do USMC, tema este que é explorado na seção a seguir, tendo em vista suas especificidades e a importância peculiar para aquela Força.

3.2.2.3 *A doutrina do envolvimento vertical*

Conforme apresentado por Meid (1972), hoje costuma-se associar as inserções por helicóptero ao US ARMY, mas foram os Fuzileiros Navais estadunidenses que desenvolveram essa doutrina e a empregaram, pela primeira vez, em operação, como já mencionado.

Fato marcante foi a razão pela qual essa doutrina se desenvolveu. Isso porque, embora seja empregada em operações militares de forma geral, no contexto de armas convencionais, e tenha sido adotada por diversos Estados, tal doutrina surgiu de uma situação muito particular.

Além da desmobilização que ocorreu após a II GM, conforme já exposto nesse trabalho, a experiência do Corpo de Fuzileiros Navais estadunidense no período pós-guerra foi definida por dois eventos: o início da era atômica e o esforço do presidente Harry Truman para unificar as Forças Armadas dos EUA. Ambos os eventos colocaram uma enorme pressão sobre o USMC, fazendo com que seus líderes lutassem pela sobrevivência da instituição. Embora muito tenha sido escrito sobre a doutrina *Pentomic*³⁰ do US ARMY, a resposta do

³⁰ *Pentomic* refere-se a doutrina empregada pelo US ARMY, a partir do período da Guerra da Coreia, que reorganizou suas unidades para combater no campo de batalha na era nuclear com formação de cinco

USMC às armas nucleares foi pouco estudada, conforme afirma Gallo (2018).

Ainda nas palavras deste último autor, a resposta do USMC ao advento das armas nucleares, que levou à inovação doutrinária conhecida como envolvimento vertical por helicóptero, foi uma maneira de evoluir sua missão histórica de Operações Anfíbias para uma mais apropriada para um campo de batalha nuclear moderno.

A doutrina de envolvimento vertical é interessante por três aspectos principais. Primeiro, estudar essa inovação nos permite analisar como outra Força respondeu ao advento das armas nucleares. Isso permite comparações com a doutrina *Pentomic* do US ARMY. O Exército Estadunidense não foi a única Força que se preocupou profundamente com sua sobrevivência no período pós-II GM. Em segundo lugar, tendo em vista que a doutrina de envolvimento vertical estimulou um grande desenvolvimento tecnológico nos padrões dos helicópteros, a existência dessa tecnologia não impulsionou a inovação. Os requisitos da doutrina de envolvimento vertical excederam em muito as capacidades existentes dos helicópteros da época. Ao contrário do que se poderia imaginar, de que a nova tecnologia é a causa de nova doutrina, neste caso, a doutrina de envolvimento vertical foi o conceito que impulsionou o desenvolvimento de novas tecnologias, fato este marcante, pois traz uma visão diferente do que se entende normalmente em termos de condições ou necessidades para uma evolução doutrinária. Terceiro, o envolvimento vertical ocorreu durante uma época em que o USMC ainda não havia estabelecido formalmente uma doutrina básica. Embora nem o Exército nem o Corpo de Fuzileiros Navais tivessem uma instituição produtora de doutrina coesa nas décadas de 1940 e 1950, o Exército publicou manuais fundamentais de doutrina em intervalos rotineiros desde o começo do século XX, já o USMC não o fez, conforme abordado por Gallo (2018).

Um mês após as explosões nucleares da II GM, o Senador Brien McMahon

elementos, ou seja, cinco pelotões por companhia, cinco companhias por Batalhão, e assim sucessivamente (BACEVICH, 1986).

solicitou autorização para realizar um teste cujo objetivo era identificar o poder destrutivo de uma bomba atômica contra navios de Guerra, o que foi autorizado pelo Presidente Truman em janeiro de 1946. O propósito oficial do teste era determinar os efeitos da explosão contra os navios, a fim de avaliar as implicações estratégicas, incluindo a necessidade de novos tipos de navios e novas táticas.

Segundo Rawlins (1976), o teste atômico, chamado Operação *Crossroads*, foi realizado no Atol do Bikini, no Pacífico, em julho de 1946. A operação consistiu em duas detonações nucleares de 23 kilotons, uma a 520 pés acima do nível do mar e outra a 90 pés abaixo. No total, as explosões destruíram completamente treze navios da Marinha dos EUA. O General Geiger, designado como observador pelo General Alexander A. Vandegrift, Comandante do Corpo de Fuzileiros Navais estadunidense, testemunhou a Operação e enviou um relatório detalhado àquele, em 21 de agosto de 1946. O General Geiger escreveu:

É evidente que um pequeno número de bombas atômicas poderia destruir uma Força Expedicionária como hoje organizada, embarcada, e desembarcada...eu não consigo visualizar outro desembarque como o que foi executada na Normandia ou Okinawa... [o USMC deve] usar seus oficiais mais competentes para encontrar uma solução e desenvolver uma técnica de conduzir Operações Anfíbias na era atômica (RAWLINS, 1976, pag. 11, tradução nossa)³¹.

Das palavras acima reproduzidas, conjuga-se o pensamento de Truman acerca das possibilidades que a era atômica proporcionava (não somente em termos de poder ofensivo, mas também das possibilidades de reestruturação de suas Forças Armadas), com a observação atenta do USMC quanto ao seu emprego nesta nova era e a necessidade de uma inovação doutrinária compatível, cujo resultado foi o envolvimento vertical por helicópteros.

3.2.3 O combate em área urbana e a vitória a qualquer preço

Em 1950 Seul era a quinta maior cidade do oriente, abrigando mais de um milhão de pessoas. Enquanto centenas de milhares de civis fugiram da capital no início da invasão

³¹ Original em inglês: “It is quite evident that a small number of atomic bombs could destroy an expeditionary force as now organized, embarked, and landed...I cannot visualize another landing such as was executed at Normandy or Okinawa... [the Marine Corps must] use its most competent officers in finding a solution to develop the technique of conducting amphibious operations in the Atomic Age”.

norte-coreana, dezenas de milhares permaneceram. De acordo com o registro de Smith (2007), o Coronel Lewis B. Puller³² relatou ao correspondente de notícias britânico Reginald Thompson de que os norte-coreanos defenderiam a cidade de tal maneira, que forçariam seus fuzileiros navais a destruí-la. Os três dias seguintes validariam a previsão do Coronel Puller, O correspondente britânico resumiu o cenário relatando que poucos povos sofreram uma libertação tão terrível (SMITH 2007).

Por ocasião da retomada de Seul, a ideia de seguir lutando de porta em porta em um grande subúrbio industrial nos acessos da cidade, após realizar a transposição de curso d'água do canal Kalchon³³, não atraiu o veterano Coronel acostumado com ambiente de selva. Dessa forma, ele solicitou autorização ao escalão superior para empregar poder de fogo irrestrito ao tomar a cidade, o que foi autorizado. Assim sendo, foram empregados dois Batalhões de Artilharia, mais ataques aéreos, incluindo aí surtidas com lançamento de bombas de 500 libras, além do emprego de metralhadoras, canhões e foguetes de 20 mm, causando grandes incêndios em toda a cidade (SMITH, 2007).

Realçando os fatos acima, incluímos aqui o relato de Montross (2015), ao reproduzir as palavras do Capitão Nicholas A. Canzona, oficial do Batalhão de Engenharia de Combate do USMC, durante a Guerra da Coreia:

Gritando de forma selvagem e disparando seus rifles, carabinas e metralhadoras automáticas browning, eles entraram em uma cena de carnificina que se estendia em todas as direções. Avançando pelos destroços humanos, atiraram e empregaram suas baionetas em qualquer coisa que se movesse (MONTROSS, 2015, pag.162, tradução nossa)³⁴.

A reprodução acima, associada aos demais relatos de uma guerra sangrenta, e conforme observado, sem distinção entre o que seria ou não considerado um objetivo

³² Coronel Lewis B. Pulley: Nascido em 1898 no Estado da Virgínia, nos EUA, faleceu em 1971. Foi oficial do USMC, e Comandou a 1ª Divisão de Marines na Guerra da Coreia.

³³ Canal Kalchon: Curso d'água que limita a região oeste da cidade de Seul, na República da Coreia.

³⁴ Original em inglês: *“yelling wildly and firing their rifles, carbines, and browning automatic rifles, they entered upon a scene of carnage stretching out in every direction. Driving forward through the human wreckage, they shot and bayoneted anything that moved”*.

militar³⁵, é considerada, aqui, como fora do contexto legal e acompanhada de uma doutrina de emprego não mais aceitável.

As operações militares em geral e principalmente as desenvolvidas em ambiente urbano, pela sua especificidade, requerem padrões doutrinários de emprego distintos do apresentado no contexto deste tópico. Tal situação demandou atualização das técnicas e características de emprego de tropas, das quais ressalta-se a conjugação da manobra, da proteção, e do emprego de armas combinadas, o que provê maior precisão e eficácia aos ataques, garantindo a proteção das próprias tropas, e evitando os danos colaterais ocasionado por ações estanques.

O produto desta mudança se materializou na classificação das Operações Militares em Áreas Urbanas em operações de alta intensidade, de precisão e cirúrgicas (*high intensity, precision and surgical operations*), buscando atender às necessidades das operações e ao estabelecido das convenções internacionais. Portanto, uma variável causal é abordada no próximo capítulo, a fim de verificar sua aderência à teoria apresentada.

Por fim, sublinha-se que a exposição de acontecimentos, que ora se encerra, buscou destacar algumas situações e inovações doutrinarias do período. Possibilita-se, assim, que, no capítulo seguinte, sejam realizadas análises da teoria *versus* a realidade apresentada, a fim de responder às questões propostas neste trabalho.

³⁵ Objetivo militar é alvo cujos esforços e ataques militares devem voltar-se, diferenciando-se da população civil e dos bens de caráter civil, para os quais busca-se assegurar o respeito e a proteção (BRASIL, 2017a).

4 ANÁLISE DA INOVAÇÃO DOUTRINÁRIA E O NEXO DE CAUSALIDADE

O capítulo ora iniciado se propõe a analisar a relação das inovações doutrinárias adotadas pelo USMC, no período que sucedeu a II GM até o fim da Guerra da Coreia, aos aspectos da teoria apresentada no início deste trabalho. Ademais, a fim de facilitar o acompanhamento pelo leitor, as seções abaixo encontram-se separadas por inovações, sejam elas de caráter operacional ou tático, mas que, conforme os conceitos adotados nesta dissertação, são caracterizadas como inovações doutrinárias.

4.1 A PRONTIDÃO OPERATIVA E O GRUPAMENTO OPERATIVO DE FUZILEIROS NAVAIS

Conforme exposto anteriormente, a prontidão operativa e a composição do Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais são dois conceitos extremamente relevantes para o USMC. Por isso, para fins de análise, a abordagem destes conceitos se dá em separado, tendo em vista suas especificidades.

4.1.1 A Prontidão Operativa

No período considerado, o USMC atravessava um desafio que afetava sua sobrevivência. Isso porque havia a vontade política de uma unificação das Forças Armadas, o que, aos olhos do USMC, poderia representar seu fim. Com a eclosão da guerra da Coreia, e a situação de dificuldade na contenção da frente de batalha encontrada pelo 8º Exército, somada à desmobilização parcial recente, a pronta resposta do USMC foi fundamental, reforçando sua capacidade de rápida resposta, tendo em vista sua estrutura mais leve, e organizada de acordo com missões específicas, característica que o diferencia do US ARMY, devido ao seu *trade*

off entre tamanho e velocidade³⁶. Tal fato ocasionou uma mudança de postura do governo em relação ao entendimento da missão do USMC, por muitos considerarem um serviço redundante ao do US ARMY.

Ao analisar o contexto acima observa-se claramente o exposto por Gallo (2018), ao mencionar que a frequência da mudança doutrinária militar é função da complexidade do problema estratégico que a doutrina é projetada para resolver. Assim, ao observar as mudanças nas características do conflito com o início da Guerra Fria, que demandaram uma pronta resposta dos EUA em qualquer área de interesse, identifica-se o problema estratégico a ser resolvido. Assim, a inovação doutrinária denominada “*Expeditionary Force in Readiness*” foi resposta do USMC a tal necessidade, ao estabelecer-se como uma força que pudesse impedir a escalada de conflitos potencialmente grandes por meio de ação imediata durante seus estágios iniciais.

Outro importante ponto reside na rivalidade interforças, uma vez que a permanência do USMC era questionada e esta precisava provar sua indispensabilidade. Em outras palavras, sua diferenciação das Forças Terrestres, e sua capacidade de inovar doutrinariamente contribuiu para sua sobrevivência.

Isso posto, observa-se, a seguir, os pontos de aderência à base teórica, tanto no que diz respeito a inovação doutrinária a fim de atender ao problema estratégico, quanto a questão da rivalidade com outra Força Armada pertencente ao mesmo Estado. Por fim, ressalta-se que essa inovação foi oficialmente transcrita no mandato do Congresso, durante uma sessão do 82º Congresso³⁷ dos EUA, em 1952.

³⁶ O *trade off* entre velocidade e tamanho do US ARMY se traduz na necessidade de maior tempo de resposta tendo em vista sua estrutura organizacional de emprego mais pesada, e conseqüentemente mais lenta.

³⁷ *Congressional mandate, 82nd Congress*, em inglês.

4.1.2 O Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais no USMC

O conceito da MAGTF como doutrina de emprego foi formalizado em 1963, cujo embrião foi o emprego conjunto da 1ª Brigada do USMC com o do 33º MAW para aliviar a frente de batalha no perímetro de Pusan, situação na qual, de forma pioneira, estavam organizados sob comando único. Porém, conforme verificado na seção 3.2.2.2, a doutrina dos Fuzileiros Navais sobre a integração de helicópteros em Operações Anfíbias se deu em 1955 (pelo *Landing Force Bulletin 17*), fruto, dentre outros fatores, das controvérsias jurisdicionais sobre a possível duplicação das funções aéreas. Em sequência a este ocorrido adotou-se em 1963 o conceito de MAGTF, que dentro de sua estrutura organizacional estabeleceu um componente aéreo, firmando esse conceito de emprego.

Além do disposto acima, em meio a toda contestação quanto à necessidade da existência do USMC, em um período em que se buscava reduzir gastos com as Forças Armadas, a formação da MAGTF procurou estabelecer sua área de atuação em um amplo espectro de alcance (MCDP 1-0), de forma a diferenciar-se do emprego das demais Forças.

Essa busca pela distinção fica patente no manual *Marines Operations* (MCDP 1-0), o qual cita que o Exército, a Marinha e a Força Aérea estadunidense são configuradas para dominar seus respectivos ambientes operacionais, mas apresentam um grande *trade off* entre velocidade e tamanho, já o USMC não tem a pretensão do domínio destes ambientes, mas pode operar em qualquer um, e a partir de qualquer um deles, com a vantagem de ser uma Força de médio porte, estrategicamente móvel e capaz de responder rapidamente às crises, com o adequado equilíbrio de velocidade e tamanho, possibilitado por sua forma de estruturação específica para cada tipo de situação, de acordo com o conceito de MAGTF.

Identifica-se, nessa inovação doutrinária, uma situação de múltiplos elementos causais, como: a rivalidade interforças, tendo em vista a controvérsia acerca do uso dos helicópteros; a opção de inovar organizacionalmente (por meio da criação de uma estrutura de

emprego, a MAGTF); assim como a necessidade de diferenciação como forma de sobrevivência. Tais circunstâncias coadunam com as teorias de Høiback (2011) e Posen (1984), citadas no segundo capítulo deste trabalho, confirmando pontos de aderência à mesma.

4.2 A DOCTRINA DO CONTROLE AEROTÁTICO

O apoio aéreo durante a Guerra da Coreia foi fator de extrema relevância. O incremento da capacidade logística de apoio às tropas, o significativo avanço na evacuação de baixas e o Apoio Aéreo Aproximado são itens de destaque. Para coordenação desse apoio faz-se necessário o devido Comando e Controle, exercido por meio de agências. Nesse sentido, destaca-se a instalação, pela primeira vez, de um Centro de Controle Aerotático em uma aeronave, o VMR-125.

Conforme transcrito no capítulo anterior, as causas dessa mudança foram advindas, naquele momento, de uma falha na verdadeira agência responsável pela tarefa, que operava a partir de uma viatura em terra. Como desdobramento desse episódio, e devido às vantagens táticas e técnicas observadas, foi estabelecido, dentro da doutrina tática do USMC, o *Direct Air Support Center Airborne* – DASC (A), agência de Controle Aerotático operada por aeronave, conforme previsto no MCWP 3-25.5, *Direct Air Support Center*.

Ao analisar a inovação acima descrita, em que pese seu caráter tático, e as capacidades oferecidas pelo vetor aéreo, não é observada relação causal direta da inovação com os aspectos discriminados na teoria analisada, aproximando-se mais de um caso de serendipidade³⁸.

³⁸ Serendipidade refere às descobertas afortunadas feitas, aparentemente, por acaso.

4.3 A DOCTRINA DO ENVOLVIMENTO VERTICAL E A ERA ATÔMICA

Durante a Guerra da Coreia, conforme mencionado no terceiro capítulo deste trabalho, ocorreu o primeiro envolvimento vertical empregando helicópteros. Tal inovação foi caracterizada por seu sucesso operacional e tático durante aquele conflito, e, desde então, foi amplamente empregado, passando a incorporar a doutrina de diversos outros Estados.

Ao analisar os eventos com relação de causalidade com essa inovação, verifica-se que se tratou algo muito além da simples necessidade de um meio mais versátil para o transporte de tropas na aproximação do contato com o inimigo ou do objetivo a ser conquistado.

A inovação do envolvimento vertical foi, assim, uma resposta do USMC à ameaça advinda da era atômica, ao concluir, após a observação da Operação “*Crossroads*”, que sua doutrina de emprego se tornara inadequada face à ameaça da arma nuclear. Esta nova forma de emprego, utilizada pela primeira vez em um conflito não nuclear, mostrou-se positiva para amplos fins, não somente face à ameaça que a originou.

Cabe aqui uma reflexão quanto ao momento, uma vez que tais fatos se deram durante a Guerra Fria, período de disputa geopolítica entre EUA e URSS, agregando-se neste ponto que, àquela altura, o Estado líder do bloco comunista já havia testado sua arma nuclear³⁹, motivo de alerta para os EUA. Dessa forma, é possível identificar aderência à teoria apresentada por Rosen (1991) neste processo de inovação, uma vez que a teoria teve origem com vistas a se contrapor a existência de uma conjugação de capacidade material – arma nuclear – com o provável adversário, a URSS.

Agrega-se aqui, uma vez mais, a necessidade de o USMC mostrar sua indispensabilidade, o que se traduzia na capacidade de combater nesse novo ambiente, e se

³⁹ O primeiro teste da arma nuclear da URSS deu-se em 1949, quatro anos após o fim da II GM (NORRIS, 1996).

diferenciar das demais armas, dentro da disputa interforças. Salienta-se, portanto, que tal cenário remete ao que foi apresentado por Worley (2006) e exposto na seção 2.4.2 deste trabalho.

Como último ponto desta seção, é válido iluminar que, neste caso, o avanço tecnológico dos helicópteros foi resultado da inovação doutrinária do envolvimento vertical, e não o contrário.

4.4 O COMBATE EM ÁREA URBANA E A INTERVENÇÃO LEGAL

Dentre as operações ocorridas na Guerra da Coreia, a retomada de Seul apresenta algumas peculiaridades, tendo em vista o ambiente operacional. Conforme mencionado na seção 3.2.3 desta dissertação, dezenas de milhares de civis permaneceram ali, mesmo após a invasão norte-coreana. Independente dessa situação, as ações desencadeadas pelo USMC deixaram a cidade em chamas, após uma série de bombardeios indiscriminados, seguido de combates com grande número de civis mortos.

Nas palavras de Smith (2007), durante a batalha das barricadas⁴⁰ nas ruas de Seul, os comandantes de pequenas unidades não se preocupavam com danos colaterais e empregavam o poder de combate que acreditavam ser necessário para vencer.

Em que pese a existência da IV Convenção de Genebra de agosto de 1949, condenando, em seu artigo 53⁴¹, a destruição além do absolutamente necessário às operações militares, foi após a adoção do Protocolo Adicional I às Convenções de Genebra que as vítimas de conflitos armados internacionais receberam maior proteção aos ataques

⁴⁰ Batalha das barricadas foi como ficou conhecida a batalha pela reconquista de Seul, durante a guerra da Coreia, devido à resistência apresentada pelo NKPA (SMITH, 2007).

⁴¹ Artigo 53 da IV Convenção de Genebra: É proibido à potência ocupante destruir os bens móveis ou imóveis, pertencendo individual ou coletivamente a pessoas particulares, ao Estado ou a coletividades públicas, a organizações sociais ou cooperativas, a não ser que tais destruições sejam consideradas absolutamente necessárias para as operações militares.

indiscriminados, acarretando mudanças necessárias a doutrina militar.

Agrega-se ao exposto que fatores sociais, econômicos e políticos praticamente impedem a destruição maciça de áreas construídas como resultado de operações militares. Socialmente, os danos colaterais podem deixar não-combatentes mortos; economicamente, geralmente significam desviar recursos de um sistema já sobrecarregado para a reconstrução das áreas atingidas; e, politicamente, a opinião mundial é influenciada negativamente com a cobertura da mídia de uma cidade em ruínas e repleta de cadáveres de não-combatentes. Em resumo, quando combinados os três aspectos, qualquer legitimidade que um dia a operação teve desaparecerá rapidamente.

No caso da inovação doutrinária abordada nesta seção, depara-se com uma mudança na condução do combate em que o principal elemento causal reside em uma imposição legal, conforme estabelecido no Protocolo Adicional I às Convenções de Genebra, assim como política, por meio da pressão internacional contrária aos abusos na condução dos conflitos, razões essas aderentes à abordagem de Rosen (1991), particularmente à sua abordagem acerca das causas das mudanças na doutrina de combate e como um dos componentes da teoria da vitória.

Com os subsídios proporcionados pela análise desenvolvida até aqui, passa-se, então, à conclusão, com foco nas perguntas propostas por este trabalho.

5 CONCLUSÃO

As Forças Armadas de um Estado almejam manter-se em constante preparação para o cumprimento de sua missão, seja ela oriunda de uma constituição, ou de qualquer outro documento condicionante. Essa preparação tende a basear-se em modelos teóricos, que buscam definir a direção em que as forças devem seguir por ocasião do seu aprestamento.

Conforme citado na introdução deste trabalho, os modelos teóricos que guiam o raciocínio para o alcance de uma preparação adequada evoluem com o tempo, tendo em vista as mudanças de cenário global, como a transição de um período de guerras regulares para conflitos assimétricos, por exemplo. Dessa forma, em que pese hoje alguns Estados realizarem seus PBC, e não estarem baseados em um inimigo específico, essa não era uma realidade quando considerado o período do desenvolvimento da Guerra da Coreia. Neste ponto, já é possível chegar a uma primeira conclusão conduzida por este estudo, qual seja, a validade dos modelos teóricos deve ser criticada dentro de uma moldura temporal, tendo em vista a realidade dos conflitos à época, e as características dos atores considerados.

Em continuidade a pesquisa, o capítulo dois desta dissertação apresentou um conceito de doutrina militar. Além disso, adotou a teoria da vitória e as teorias que buscavam explicar os elementos causais para a inovação doutrinária e suas características, reproduzidas por estudiosos do assunto, como Walt (1990), Rosen (1991) e Posen (1984).

No terceiro capítulo, foram apresentadas algumas inovações doutrinárias, quer seja no nível operacional, quer seja no tático, mas que possuíram, conforme apresentado, causas diversas para seu desenvolvimento.

Finalmente, o quarto capítulo analisou cada uma das inovações apresentadas em relação a teoria explorada. Tal análise buscou viabilizar a formulação da resposta ao problema proposto por este trabalho, ou seja: as relações de causalidade das inovações doutrinárias com

reflexos na Guerra da Coreia têm aderência aos modelos teóricos que buscaram explicar o fenômeno da inovação na doutrina militar?

A análise desenvolvida no capítulo quatro remete este estudo a uma resposta positiva, porém, digna de algumas observações. Assim, primeiro, salienta-se que, dentre as situações estudadas, observou-se um evento que não apresentou pontos de aderência à teoria, e que foi classificado, neste trabalho, como fruto da serendipidade. Segundo, embora a maioria das inovações estivesse em consonância com a teoria, a pesquisa não permitiu afirmar que as variáveis causais apresentadas atuaram de forma independente, ou seja, que outros elementos não contemplados na teoria não tenham sido relevantes no processo de inovação.

Voltando os olhares deste estudo para os pontos de aderência do caso concreto analisado, em relação aos modelos teóricos apresentados, conclui-se que as razões para as inovações doutrinárias, apesar dos pontos de aderência, extrapolam os pressupostos da teoria da vitória de Rosen (1991), e abrangem aspectos relativos à necessidade periódica de “fazer-se necessário”, ou seja, da necessidade da Força provar sua indispensabilidade, além de abranger a disputa por espaço com outras forças (rivalidade interforças), quer seja por disputa orçamentária, quer seja para definição de áreas de competência ou mesmo capacidades, conforme apresentado por Gallo (2018).

Um outro ponto relevante acerca do resultado das análises reside na observação de que as novas tecnologias não necessariamente são geradoras de inovação, e, por outro lado, a busca por inovações doutrinárias impulsionou o surgimento de novas tecnologias, como foi o caso das capacidades dos helicópteros necessários à doutrina do envolvimento vertical. Dessa forma, abre-se aqui uma possibilidade de pesquisas futuras, a fim de se verificar em que realidade seria viável este tipo de condução de uma mudança doutrinária, nitidamente afetada pelo nível de capacidade tecnológica e orçamentária do ator envolvido.

Por fim, no caso particular da Força Naval, acredita-se que a presente pesquisa contribuirá para a obtenção de uma visão ampla acerca dos cenários que demandem evoluir doutrinariamente, demandas estas que extrapolam a capacidade de se contrapor às ameaças externas, mas que abrangem questões políticas, orçamentárias e rivalidades internas, por exemplo.

REFERÊNCIAS

BACEVICH, A.J. *The Pentomic Era, the US ARMY between Korea and Vietnam*, National Defense University Press, Washington DC, 1986.

BRASIL. Marinha do Brasil. Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. *CGCFN-321: Manual de Apoio Aéreo e Controle Aerotático dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais*. Rio de Janeiro, 2008.

_____. _____. Estado-Maior da Armada. *EMA-305: Doutrina Militar Naval*. Brasília, DF, 2017.

_____. _____. _____. *EMA-135: Manual de Direito Internacional Aplicado às Operações Navais*, 2017. Brasília, DF, 2017a.

_____. Ministério da Defesa. *MD35-G-01: Glossário das Forças Armadas*. Brasília, DF, 2015.

_____. _____. *MD51-M-01: Sistemática de Planejamento Estratégico Militar (SPEM)*. Brasília, DF, 2018.

COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA. *IV Convenção de Genebra, de agosto de 1949*. Disponível em: <<https://www.icrc.org/pt/doc/war-and-law/treaties-customary-law/geneva-conventions/overview-geneva-conventions.htm>>. Acesso em: 19 jun. 2019.

_____. *Protocolo Adicional I à Convenção de Genebra*. Disponível em: <<https://ihl-databases.icrc.org/applic/ihl/ihl.nsf/INTRO/470?OpenDocument>>. Acesso em: 19 jun. 2019.

CQ RESEARCHER. *Record of the 82nd Congress (Second Session)*. July 8, 1952. Disponível em: <<https://library.cqpress.com/cqresearcher/document.php?id=cqresrre1952070800>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

FIORI, J. L. O Brasil e seu Entorno Estratégico na Primeira Década do Século XXI. In: SADER, Emir. (Org.) *10 Anos de Governos Pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

GALLO, Andrew A. *Understanding Doctrinal Change During Peacetime*, 2018. 352f. thesis

(submitted in partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy in the Graduate School of Arts and Sciences) - Columbia University, New York, 2018.

HØIBACK, Harald. "What Is Doctrine". *Journal of Strategic Studies*, v. 34, no. 6. 2011.

INSTITUTE FOR FOREIGN POLICY ANALISYS. The Marine Corps America's Expeditionary Force in Readiness. Conference Report. In: *39th....*, 2011. Disponível em: <<http://www.ifpa.org/pdf/ifpaFletch39th.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2019.

JAMES Jr., Major William T. *From Siege to Surgical: The Evolution of Urban Combat from World War II to the Present and Its Effect on Current Doctrine*. (Edição do Kindle). [S.l]: Lucknow Books, 1998.

MACARTHUR, Douglas. *Reminiscences*. New York: McGraw-Hill, 1964.

MACDONALD, Callum A. *Korea: The War Before Vietnam*. New York: The Free Press, 1986.

MEID, Pat; YINGLING, James. *U. S. Marine Operations in Korea 1950—1953*. Volume V. Operations in West Korea. Washington D.C: Historical Division, Headquarters, US Marine Corps, 1972.

MONTROSS, Lynn. *U.S. Marine Operations in Korea 1950-1953: Volume III - The Chosin Reservoir Campaign*. [S.l]: Normanby Press, 2015.

NORRIS, Robert S.; COCHRAN, Thomas B. *Nuclear weapons tests and peaceful nuclear explosions by Soviet Union: August 29, 1949 to October 24, 1990*. New York: Natural Resource Defense Council, 1996.

POSEN, Barry R. *The Sources of Military Doctrine: France, Britain, and Germany Between the World Wars*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1984.

RAWLINS, Eugene W. *Marines and Helicopters, 1946-1962*. Quantico, VA: History and Museums Division, Headquarters, US Marine Corps, 1976.

ROSEN, Stephen P. *Winning the Next War: Innovation and the Modern Military*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1991.

SAPOLSKY, Harvey M. The Interservice Competition Solution. In: *Breakthroughs*, v. V, n.1. 1996. 37p. Disponível em: <<http://web.mit.edu/SSP/publications/breakthroughs/1996-Spring.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

SMITH, Charles R. *U.S. Marines in the Korean War*. Washington D.C: Historical Division, Headquarters, US Marine Corps, 2007.

SWEENEY, Erick D. *The United Nations at Landing Inchon: Operation Chromite*, 2000. 29 f. final report (Paper submitted to the faculty of Naval War College in partial satisfaction of the requirement of the Department of Joint Military Operations) – Naval War College, Newport, 2000.

UNITED STATES. Department of Defense, *Dictionary of Military and Associated Terms*, 2004. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/abbottabad-compound/B9/B9875E9C2553D81D1D6E0523563F8D72_DoD_Dictionary_of_Military_Terms.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.

_____. Marine Corps. *Marine Corps Doctrinal Publication-1, Warfighting* (MCDP-1). Washington, DC: Headquarters, U.S. Marine Corps, 1997.

_____. _____. *Marine Corps Doctrinal Publication 1-0*. Marine Corps Operations (MCDP 1-0). Washington, DC: Headquarters, U.S. Marine Corps, 2016.

_____. _____. *Marine Corps Warfighting Publication 3-25.5*. Direct Air Support Center (MCWP 3-25.5). Washington, DC: Headquarters, U.S. Marine Corps, 2001.

_____. *Marine Corps Order 3120.3*. Disponível em: <<https://www.marines.mil/portals/1/Publications/MCO%203120.8a.pdf?ver=2012-10-11-163622-053>>. Acesso em 19 jul. 2019.

WALT, Stephen M. *The Origins of Alliance*. New York: Cornell University Press, 1990.

WORLEY, D. Robert. *Shaping U.S Military Forces: Revolution or Relevance in a Post-Cold War World*. Connecticut: Praeger Security International, 2006.

ANEXO A



FIGURA 1- Mapa político da República da Coreia

Fonte: <<https://www.nationsonline.org/oneworld/map/korea-south-political-map.htm>>.

Acesso em 29 jul. 2019.